
Jornalismo ambiental no âmbito regional: a cobertura jornalística de veículos tocantinenses sobre o mercado de carbono¹

Ana Luiza da Silva DIAS²

Liana Vidigal ROCHA³

Alan Milhomem da SILVA⁴

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, TO

Universidade Federal do Amapá, Macapá, AP

RESUMO

O objetivo deste trabalho é observar como os veículos tocantinenses cobriram o mercado e os créditos de carbono no ano de 2023, quando o Governo do estado do Tocantins firmou um acordo técnico e comercial com uma empresa europeia, tornando-se o primeiro Estado brasileiro a investir nesse tipo de projeto. Para tanto, foi utilizada a Análise de Conteúdo como técnica de pesquisa para observar os dados coletados em seis websites jornalísticos, além da página da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh). No total, foram verificados 32 releases e 16 materiais jornalísticos, que apontaram para uma significativa reprodução de conteúdo da assessoria do órgão.

PALAVRAS-CHAVE: mercado de carbono; jornalismo ambiental; âmbito regional; Tocantins.

CONTEXTUALIZAÇÃO TEMÁTICA

De acordo com o Governo do Estado, o território tocantinense é formado por planícies, planaltos e chapadões, tendo a Serra das Traíras como ponto mais elevado com 1.340 metros. No que diz respeito à vegetação, o Tocantins apresenta 87% de cerrado e 10% de floresta de transição amazônica, fazendo com que esteja inserido na Amazônia Legal.

Outra informação que chama a atenção é o fato de 50,25% do território pertencer a áreas de preservação, unidades de conservação e bacias hídricas, com destaque para a Ilha do Bananal (considerada a maior ilha fluvial do mundo), os parques estaduais do Jalapão, do Lajeado e do Cantão e o Monumento Nacional das Árvores Fossilizadas. Para

¹ Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XIX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade (PPGCOM-UFT) e integrante do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: analuiza_sd@mail.uft.edu.br.

³ Docente do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade, da Universidade Federal do Tocantins. Líder do Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: lianavidigal@mail.uft.edu.br.

⁴ Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Amapá. Doutorando no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. Pesquisador no Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (CNPq/UFT). E-mail: alan.milhomem@unifap.br.

completar, o estado é uma das cinco unidades federativas do Brasil mais ricas em água, uma vez que abriga rios importantes, como Araguaia e Tocantins.

A partir desse breve panorama, compreendemos porque o Tocantins passou a negociar créditos de carbono no mercado internacional. O mercado de carbono é um dos mecanismos econômicos criados para o combate às mudanças climáticas. Ele surgiu como uma resposta às necessidades globais de reduzir as emissões de gases de efeito estufa, seguindo os princípios estabelecidos pelo Protocolo de Quioto e, posteriormente, pelo Acordo de Paris.

O Programa de REDD+ (Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação)⁵ foi criado, então, com o intuito de recompensar financeiramente países em desenvolvimento por seus resultados de redução de emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal. Esses créditos podem ser gerados através de projetos que diminuem ou evitam a emissão de gases poluentes, como o reflorestamento, a utilização de energias renováveis e a implementação de tecnologias limpas.

Na perspectiva brasileira, o mercado de carbono vem ganhando destaque com a criação de políticas públicas e iniciativas privadas voltadas para a sustentabilidade. Atualmente tramita no Congresso Nacional a aprovação da Lei 2.148/15, que cria o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SBCE). O PL já foi aprovado na Câmara e aguarda a manifestação do Senado Federal⁶. Na prática, esse sistema visa a regulamentação do mercado de carbono no Brasil e a responsabilização das empresas que ultrapassarem as cotas de emissão de gases de efeito estufa.

O Tocantins deu o primeiro passo para a realização do projeto de qualificação e certificação do Programa de Redd+ Jurisdicional⁷ no ano de 2023, quando firmou acordo técnico e comercial com a empresa europeia Mercuria Energy Trading S/A. Assim, se tornou o primeiro Estado brasileiro a comercializar créditos de carbono no mercado de carbono voluntário.

⁵ BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **O que é REDD+**. [Atualizado em 04 de julho de 2016]. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁶ BRASIL. Senado Federal. Senado volta a debater em 2024 regulamentação do mercado de carbono. **Senado Notícias**, Brasília, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/26/senado-volta-a-debater-em-2024-regulamentacao-do-mercado-de-carbono>. Acesso em: 24 jun. 2024.

⁷ TOCANTINS. Governo do Estado. **Tocantins é o primeiro Estado do Brasil a negociar créditos de carbono no mercado internacional**. 05 jun. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-e-o-primeiro-estado-do-brasil-a-negociar-creditos-de-carbono-no-mercado-internacional/6gg4pips3omj>. Acesso em: 24 jun. 2024.

Nesse contexto, o jornalismo ambiental, em âmbito regional, se torna uma ferramenta importante para acompanhar e informar sobre as questões que envolvem as mudanças climáticas, a poluição, o desmatamento, a preservação do meio ambiente e demais temas relacionados com políticas públicas e econômicas. Seu papel é contribuir para conscientizar as comunidades locais sobre a importância dessas ações e possíveis impactos no cenário regional.

Para Bueno (2007), existe a comunicação ambiental e o jornalismo ambiental, que não devem ser confundidos. Enquanto o primeiro se enquadra em todo tipo de comunicação, como um panfleto sobre algum evento ambiental, o segundo é caracterizado por produtos gerados a partir do trabalho de um jornalista, que podem ser publicados tanto em veículos de massa quanto em veículos especializados. De forma simplificada, o autor conceitua jornalismo ambiental como o processo de captação, produção, edição e circulação de informações comprometidas com a temática ambiental e destinado ao público não especializado.

Bueno (2007) ainda destaca funções básicas para o jornalismo que, segundo ele, são: função informativa, que pretende informar o público sobre questões ambientais; a função pedagógica, que visa aprofundar e explicar as causas dos problemas ambientais; e a função política, que tem a ver com o despertar do senso crítico dos cidadãos a respeito do meio ambiente, além da vigilância nas ações dos governantes sobre este tema.

Segundo Belmonte (2004, p. 21-22), “o meio ambiente é pauta, mas em geral ocupa espaços periféricos e recebe uma abordagem exótica”. Portanto, para realizar uma cobertura em nível regional, o jornalista precisa conhecer não somente as principais informações geográficas (biomas, climas, relevos etc.), mas também os cenários diversos de desigualdades sociais e espaços econômicos. Os temas são complexos e exigem do profissional um preparo específico. Afinal, como afirmam Holanda *et al.* (2022, p. 5), “jornalistas informados são menos suscetíveis à manipulação ou ao engano”.

PASSOS METODOLÓGICOS

O primeiro passo para a realização deste trabalho foi a pesquisa acerca dos temas envolvendo a geografia tocantinense, o mercado de carbono e o jornalismo ambiental. Quanto à técnica de pesquisa, a Análise de Conteúdo (AC) foi utilizada por ser uma técnica “baseada em procedimentos sistemáticos” (Sampaio, 2021, p. 17). Dessa forma, os dados coletados puderam ser melhor trabalhados, pois, conforme Bardin (2011), a AC

acontece em três fases: a) pré-análise, na qual ocorre a seleção dos documentos; b) a exploração do material, incluindo a escolha das unidades, a enumeração e a classificação; e c) a etapa abrange o tratamento, a inferência e a interpretação dos dados.

Assim, após a leitura dos materiais, partimos para a coleta de informações para que a análise fosse realizada. Utilizando o Mapa da Mídia do Tocantins⁸, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Jornalismo e Multimídia (UFT/CNPq)⁹, foram selecionados seis sites de notícias para serem analisados, sendo dois da região norte do estado (Portal O Norte e Voz do Bico), dois da região central (Sou de Palmas e Gazeta do Cerrado) e outros dois da região sul (Atitude Tocantins e Tribuna Tocantins). Para fins de comparação, a página da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) também foi analisada neste estudo.

A partir desta seleção foi feita, no buscador de cada uma das páginas, a pesquisa das expressões “mercado de carbono”, “crédito de carbono” e “Redd+”, pois entendemos que essas três formas indicariam matérias relacionadas ao tema. A busca inicial foi feita no portal da Semarh, pois este seria utilizado como parâmetro para os demais portais de notícias. O recorte de tempo foi o ano de 2023 por ter sido o ano em que o Governo do Tocantins anunciou o programa de venda de créditos de carbono no estado.

Após a coleta do material, as informações foram colocadas no Planilhas Google, cujas colunas estavam divididas pela seguinte ordem: veículo; link da matéria; mudança no título; mudança no subtítulo; mudança no intertítulo; legenda diferente para foto; foto diferente; fonte/assinatura; oriunda de release; hipertexto. O propósito dessa categorização foi comparar com os conteúdos colhidos no portal da Semarh para identificar se, no que se refere ao mercado de carbono no Tocantins, os veículos locais produzem material independente ou somente reproduzem os releases enviados pela assessoria do Governo do Estado.

RESULTADOS

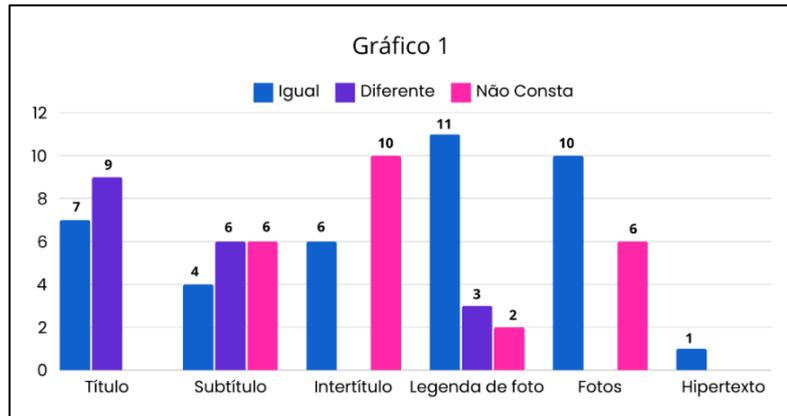
No período de análise, a Semarh postou 32 releases que tratavam sobre o mercado de carbono, enquanto os seis portais de notícias postaram, ao todo, 16 textos jornalísticos

⁸ Disponível em: https://www.google.com/maps/d/viewer?mid=1zpOqcyLy6BbBx2_eAoapwm818z0&usp=sharing. Acesso em: 18 jun. 2024.

⁹ Disponível em: <https://nepjor.com.br/>. Acesso em: 18 jun. 2024.

sobre o tema: um no Voz do Bico, um no Portal O Norte, nove no Gazeta do Cerrado, dois no Sou de Palmas, dois no Atitude Tocantins e um no Tribuna Tocantins.

Gráfico 01 – Elementos Jornalísticos

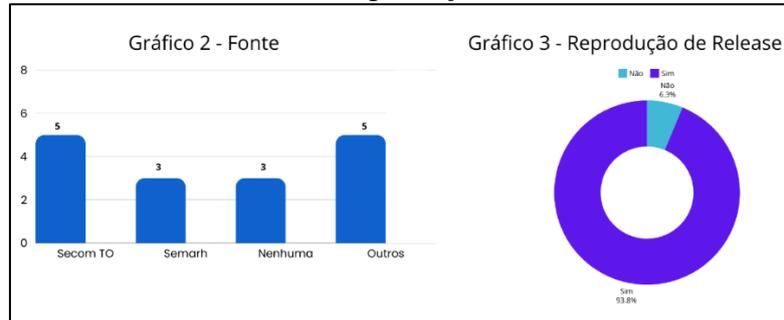


Fonte: Produção própria, 2024.

Somente Gazeta do Cerrado mudou os títulos das publicações, sendo seis totalmente e três parcialmente (mudou uma ou duas palavras). Os demais portais não fizeram alteração alguma nos títulos. Com relação aos subtítulos, o Voz do Bico não mudou em uma matéria e o Gazeta do Cerrado não mudou em somente três publicações, nas demais os subtítulos foram alterados. Os portais Sou de Palmas, Portal O Norte, Atitude Tocantins e Tribuna Tocantins não dispõem de qualquer subtítulo. No que se refere aos intertítulos, todos os veículos utilizaram os mesmos intertítulos dos textos da Semarh, não havendo nenhuma alteração.

Quanto às legendas das fotos, somente a Gazeta do Cerrado utilizou legendas diferentes nas três matérias que publicou com fotos. O Sou de Palmas não utilizou nenhuma legenda. E os demais portais utilizaram as mesmas legendas que a Semarh publicou no site. No que se refere às imagens utilizadas nas matérias, todos os portais utilizaram as mesmas fotos que a Semarh disponibilizou em seu site, com exceção do Gazeta do Cerrado que não utilizou fotos em seis matérias. Já o hipertexto foi utilizado como recurso interativo apenas pelo Sou de Palmas em uma matéria. Entretanto, foi utilizado exatamente da mesma forma como no texto publicado pela Semarh.

Gráficos 02 e 03 - Fontes e Reprodução de conteúdo da assessoria



Fonte: Produção própria, 2022.

Nos portais O Norte e Voz do Bico, as matérias não foram assinadas nem consta a fonte delas. No Gazeta do Cerrado, somente uma matéria não tem fonte, cinco textos têm a Secom Tocantins como fonte e três identificam a Semarh como fonte. O Sou de Palmas assinou as duas matérias apenas como “Redação”. O portal Atitude Tocantins assina uma matéria como “Redação” e a outra tem a Revista Veja como fonte. Já o Tribuna Tocantins assina uma matéria com “Pereira Miranda”. Porém, todos os portais reproduziram os releases, com algumas poucas mudanças, enviados pela assessoria de comunicação do Governo do Tocantins.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste primeiro momento, foi possível observar que a produção e a cobertura jornalística feita pelos veículos tocantinenses sobre os créditos e o mercado de carbono envolvendo o Tocantins limitou-se, em sua maioria, à reprodução de material enviado pela assessoria da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh), do Governo do Estado do Tocantins.

Os créditos de carbono têm sido utilizados para auxiliar na preservação do meio ambiente e assim diminuir os efeitos das mudanças climáticas, por exemplo. Contudo, há diversas críticas em relação a esse mercado, uma vez que a eficácia dessa prática ainda é amplamente questionada. Além disso, faltam elementos que melhorem a transparência desses projetos assim como a publicização dos verdadeiros impactos sociais.

Nesse sentido, afirmamos que a mídia jornalística que atua no Tocantins precisa investir mais na cobertura e na produção de pautas que envolvem esse assunto, visto que o papel do jornalista é levar a informação correta e objetiva para um público leigo, mas que vive diretamente as causas e consequências das transformações ambientais. Portanto,

o jornalismo ambiental no âmbito regional necessita buscar fontes independentes que expliquem o lado não-oficial da informação, evitando, por exemplo, possíveis distorções e manipulações.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. França: Edições 70, 2011.

BELMONTE, R. V. Cidades em Mutação: menos catástrofes e mais ecojornalismo. In: VILAS BOAS, S. (Org.). **Forma o & Informa o ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. O que   REDD+. [Atualizado em 04 de julho de 2016]. Disponível em: <http://redd.mma.gov.br/pt/pub-apresentacoes/item/82-o-que-e-redd>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BRASIL. Senado Federal. Senado volta a debater em 2024 regulamenta o do mercado de carbono. Senado Notícias, Brasília, 26 dez. 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2023/12/26/senado-volta-a-debater-em-2024-regulamentacao-do-mercado-de-carbono>. Acesso em: 24 jun. 2024.

BUENO, W. da C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, 15, p. 33-44. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/11897>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HOLANDA, J. S. P. de., K  P , P., & COSTA, L. M. Jornalismo ambiental: características e interfaces de um campo em constru o. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunica o**, 45, 2022, <https://doi.org/10.1590/1809-58442022109pt>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplica o**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6542/1/Analise_de_conteudo_categorial_final.pdf. Acesso em: 16 jun. 2024.

TOCANTINS. Governo do Estado. Tocantins   o primeiro Estado do Brasil a negociar créditos de carbono no mercado internacional. 05 jun. 2023. Disponível em: <https://www.to.gov.br/secom/noticias/tocantins-e-o-primeiro-estado-do-brasil-a-negociar-creditos-de-carbono-no-mercado-internacional/6gg4pips3omj>. Acesso em: 24 jun. 2024.

TOCANTINS. Procuradoria Geral do Estado. **O Tocantins**. 2024. Disponível em: <https://www.to.gov.br/pge/o-tocantins/bc6xc8ay67l>. Acesso em: 24 jun. 2024.